

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO ÂMBITO DA LUSOFONIA

LANGUAGES POLICIES CONCERNING LUSOPHONY

Neusa Barbosa Bastos*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, SÃO PAULO
nmbastos@terra.com.br

Resumo:

Objetivamos discutir assunto de extrema importância para um mundo sem fronteiras, com foco na lusofonia, campo arenoso, repleto de opiniões convergentes e divergentes em relação ao seu conceito. Para nós, remete-se ao conjunto de todos os sujeitos que utilizam a Língua Portuguesa e que apresentam aspectos reveladores de uma formação social europeia/portuguesa, fundadora de toda uma cultura que se apresenta mesclada em sua multiculturalidade. Para reflexão desencadeadora das discussões, sugerimos três fragmentos de grandes escritores como Mia Couto (Moçambique), Agualusa (Angola) e Mário de Andrade (Brasil) e, em seguida, opiniões sobre o conceito de lusofonia por três pesquisadores: José Luiz Fiorin (Brasil), Moisés de Lemos Martins (Portugal), Eliseu Mabasso (Moçambique). Salientamos a mescla que passa a existir a partir do momento em que angolanos, brasileiros, moçambicanos e portugueses vivem aspectos da mesma cultura e da mesma língua portuguesas, interferindo nelas e deixando suas marcas numa nova constituição linguística cultural e identitária. Assim, podemos afirmar que somos todos lusófonos com identidades particulares, reforçando a presença da unidade na diversidade.

Palavras-chave: lusofonia; cultura; política linguística; língua portuguesa.

* Titular do Centro de Comunicação e Letras da UPM e do Departamento de Português da PUC/SP. Pós-doutora pela UP/Portugal. Vice-coordenadora do NEL-UPM. Coordenadora do IP-PUC/SP. Consultora e parecerista *ad hoc* de órgãos de fomento nacionais. Atuação na área de Letras – ênfase em Língua Portuguesa, Historiografia Linguística, Lusofonia: cultura e identidade, Análise do Discurso. Autora de artigos em veículos nacionais e internacionais, de capítulos e de livros (os últimos: *Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários*. São Paulo: EDUC – IP-PUC/SP, 2012; *História Entrelaçada 5: estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – década de 1950*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2012).

Abstract:

We aim to discuss a subject of utmost importance for a world without boundaries, focusing the Lusophony, a contentious field full of convergent and diverging opinions related to its concept. In our view, it refers to the group of all individuals who make use of the Portuguese language and that show revealing aspects of a European-Portuguese social formation which is founder of an entire culture mixed in its own multiculturalism. For reflection triggering discussions, we suggest three fragments of great authors such as Mía Couto (Mozambique), Agualusa (Angola) and Mário de Andrade (Brazil) followed by opinions about the concept of Lusophony of three different researchers: José Luiz Fiorin (Brazil), Moisés de Lemos Martins (Portugal), Eliseu Mabasso (Mozambique). We emphasize the mixture that comes into being once Angolans, Brazilians, Mozambicans and Portuguese live aspects of the same culture and of the same Portuguese language in its variations, mutually interfering in one another and leaving their marks in a new linguistic and identity foundation.

Keywords: Lusophony; culture; language policies; Portuguese language.



A custódia da língua portuguesa pertence a cada um dos oito estados, regiões e comunidades que a falam. Muitos falantes nativos e não só orgulham-se, com naturalidade, do facto de o Português no mundo ser reconhecido como língua internacional e em expansão. Mas na verdade, o Português perde o seu estatuto mais localizado, digamos o seu paroquialismo, e adquire a internacionalidade e intercontinentalidade, pela simples razão desta língua não ser propriedade de nenhum estado e povo. Por outro lado, também não cabe ao falante-nativo nenhum direito especial de expressão. (Armando Jorge Lopes – Moçambique)

À cultura do uno, uma cultura logocêntrica, etnocêntrica e imperialista, que assimilava a diferença, destruindo-a, sucedeu a cultura do múltiplo e da participação, a da multiculturalidade, manifesta no surgimento de uma vasta panóplia de países diferentes e multiculturais, fundados na riqueza de muitas línguas, na mistura de muitas etnias e na explosão de uma multiplicidade de narrativas. Também é este o espaço da lusofonia, um espaço plural num contexto pós-colonial

(Moisés de Lemos Martins (2014: 21-22) – Portugal)

Iniciou-se, na Conferência Internacional 'Interfaces da Lusofonia', na Universidade do Minho/Braga/Portugal, em julho de 2013, nossa intervenção sobre assunto tão eletrizante, repleto de opiniões convergentes e divergentes em relação ao conceito lusofonia. Para nós, remete-se ao conjunto de todos os sujeitos que utilizam a Língua Portuguesa e que apresentam aspectos reveladores de uma formação social europeia/portuguesa, fundadora de toda uma cultura que se apresenta mesclada em sua multiculturalidade.

Para reflexão desencadeadora das discussões referentes à política linguística no âmbito da lusofonia, sugerimos três fragmentos. O primeiro, de Mia Couto (2005: 25), salienta a mescla que passa a existir a partir do momento em que brasileiros e moçambicanos vivem aspectos da mesma cultura e da mesma língua portuguesas, interferindo nelas e deixando sua marcas numa nova constituição linguística cultural e identitária:

Os povos moçambicano e brasileiro não apenas partilhavam a mesma língua mas partilhavam aquilo que nessa língua surgia como elemento distintivo do português de Portugal. A realização da língua nos dois casos era marcada pela influência das línguas de matriz bantu que introduziam afinidades entre a nossa variante e a brasileira. Mais fundo, porém trabalhavam marcas de cultura e religião.

O segundo, de José Eduardo Agualusa (2010: 07), destaca o contato linguístico que começa a haver no instante em que brasileiros e angolanos estabelecem relações sociais tanto no Brasil quanto em Angola:

Nos quintais, em Luanda, o quimbundo misturava-se com o português. Também no Brasil o quintal foi durante séculos o lugar onde África reposava do esforço escravo. Ali se contavam histórias, cultuavam ancestrais e orixás, e se festejava a vida.

O terceiro, de Mário de Andrade (in Pinto, 1999: 53), evidencia a formação cultural e linguístico-identitária dos brasileiros que estabeleceram relações sociais com os povos autóctones e com os escravos africanos, influenciando-se mutuamente por meio de seus hábitos e costumes e de

seus ditos em *terra brasilis*. O brasileiro assume, já em fins do século XIX, sua maneira de se expressar:

Já não disse sejamos brasileiros. Eu fui. Eu não falei: Escrevamos brasileiro. Eu escrevi.

Com a convicção de que os brasileiros são, em sua maioria, sabedores de sua condição, produtos de uma formação híbrida, resultado da miscigenação, em meio a um processo cultural intenso, que promoveu a construção de uma identidade brasileira aberta e em constante mudança, visamos a discutir políticas linguísticas traçadas no espaço lusófono.

Alguns conceitos devem ser trazidos para formalizarmos nosso ponto de vista. Primeiramente, trataremos da lusofonia como uma identidade cultural, partilhada por oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), conquistados pelo mesmo país expansionista que, num passado distante, agia de acordo com o clima de opinião do período: expandir terras para enriquecer e fortalecer o império. Unidos por um passado comum e por uma língua, os oito países enriqueceram a Língua Portuguesa, tornando-a diversa em cada um dos continentes: europeu, africano, americano e asiático. Dessa diversidade e do reconhecimento da língua como uma, nasce a possibilidade de usarmos o conceito Lusofonia.

Nossa busca apreende as opiniões de alguns especialistas em questões linguísticoculturais, como é o caso de Moisés de Lemos Martins (2006, 2014), José Luiz Fiorin e Eliseu Mabasso (os dois fragmentos dos depoimentos feitos por meio de entrevista escrita para Neusa Bastos e Nancy Arakaki, em 2013) e Regina Brito e Neusa Bastos (2007).

Segundo Moisés de Lemos Martins (2014: 24-25):

A globalização cosmopolita requer, pois, uma globalização multiculturalista, que reúna os povos de áreas geo-culturais alargadas, que promova e respeite as diferenças, dignificando as línguas nacionais. A globalização multiculturalista é feita pela mistura, pela miscigenação de etnias e pela miscigenação de memórias e tradições.

É este o contexto em que se insere a lusofonia como movimento multicultural de povos que falam a mesma língua, o português. A lusofonia, ao invés da

homogeneização empobrecedora e de sentido único, estabelecida pela globalização cosmopolita, tem a virtude do heterogêneo; a sedução de uma rede tecida de fios de várias cores e texturas, uma rede capaz de resistir à redução do diverso a uma unidade artificial.

José Luiz Fiorin apresenta o conceito da seguinte forma:

Lusofonia – um espaço simbólico significativo para seus habitantes, para que seus membros tenham uma identidade lusófona, é preciso, no que diz respeito à língua, que seja um espaço em que todas as variedades linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade. É necessário que não haja a autoridade “paterna” dos padrões lusitanos. Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem. Esse é o significado da afirmação de Caetano Veloso.

A língua é minha pátria

E eu não tenho pátria, tenho mátria

E quero frátria (Velô, 1984)

Não se pode esquecer que *pátria* e *pai* são formados da mesma raiz. A eles estava ligada a *potestas*. A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mátria e será frátria, porque deve ser o espaço dos iguais, que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido. Nesse caso, parafraseando Mário de Andrade, o melhor será esquecer Portugal e ignorar essa tal lusofonia.

Para Eliseu Mabasso:

Posto isto, e tendo em conta o papel desempenhado pelas demais comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo fora na divulgação da cultura e língua portuguesas, a minha visão sobre *lusofonia* é muito mais virtual e de perspectiva e visão futuristas, ultrapassando as fronteiras da CPLP e dos PALOP, a que normalmente é associada. Assim, para mim *lusofonia* seria o conjunto de todos os países onde haja comunidades ou grupos alargados de pessoas que

promovem a língua e cultura portuguesas ou a cultura de qualquer país onde se fala Português. Para finalizar, e dados os contextos mais heterogeneizados que se avizinham com a criação e sofisticação de mais blocos regionais como a SADC, a meu ver, a cultura a ser divulgada poderá não ser necessariamente de nenhum dos países do *Círculo Interior*, desde que o veículo de transmissão e divulgação da mesma seja a língua que nos une: o Português.

Em Bastos e Brito (2007: 17)

... necessidade de estabelecermos um elo de igualdade, num espaço supranacional de língua e cultura, lembrando que a Língua Portuguesa é de todos os aqueles que a falam e que, por isso, existe uma certa identidade entre os povos lusofalantes e as organizações governamentais. Lusofonia, entendida aqui, como um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas, diatópicas, diastráticas e diafásicas, presentes nos países que adotam o português como língua materna, e mais as numerosas comunidades espalhadas pelo mundo.

De todas as asseverações, podemos extrair um denominador comum: a Lusofonia deve significar um espaço simbólico multicultural em que se utiliza a Língua Portuguesa para efeito de comunicação entre os sujeitos que a falam. Assim, entendemos que a Língua Portuguesa tem a sua origem como língua românica; possui a sua oficialidade em órgãos internacionais (União Europeia, Organização dos Estados Americanos, União Africana e Países Lusófonos) e apresenta sua grandeza por ser a quinta língua mais falada no mundo e a mais falada no hemisfério sul do planeta Terra, com cerca de 250 milhões de falantes.

Um imenso contingente de sujeitos, que, de alguma forma, vivenciam uma situação linguística em que a língua portuguesa representa um elemento cultural de grande importância para a comunicação entre os países de expressão portuguesa, assimilou esse aspecto da cultura totalizadora reagindo de maneiras diferentes em cada um dos países membros da comunidade lusófona.

A presença de uma política e de uma planificação linguísticas é imprescindível e sempre presente na relação uma nação-uma língua. Segundo Calvet (2007), uma política linguística estabelece uma relação imposta

pelo Estado a um determinado povo, o que implica necessariamente uma imposição da língua do dominador ao dominado, situação posta pela nação portuguesa aos seus conquistados, seguida da imposição de uma planificação linguística interveniente sobre a língua imposta às terras africanas, americanas e asiáticas dominadas no século XVI. Os objetivos dessas política e planificação linguísticas estão ligados à:

- promoção da língua;
- criação de programas de revitalização do português em terras recém conquistadas;
- manutenção do *status quo* do dominador;
- garantia da escrituralização em português;
- criação de escolas bilíngues e de legislação específica para a questão das línguas, estando aí atrelada a questão dos direitos e do patrimônio linguístico.

Dessa forma, acompanhando ainda Calvet (2007), afirmamos que a questão da política linguística ultrapassa os limiares da relação primeira entre Língua e Estado e define-se da seguinte forma:

- 1) determinando-se que língua se fala, com que estatuto, onde, quando;
- 2) apontando as maneiras de acesso a ela,
 - seja pelo ensino (jesuítas),
 - seja pelo acesso às publicações (cartinhas e gramáticas),
 - seja pela participação em rituais (rituais da igreja católica).

Por meio das atitudes acima, está se praticando uma política linguística que passa a ser identificada, a partir da necessidade de produzir-se conhecimento. Isso passa a acontecer, primeiramente, de maneira particular, para, depois, instituir-se de forma coletiva, de acordo com Orlandi (1996). Autoridades investidas de poder estabelecem as regras e seguem-nas os sujeitos atuantes na sociedade, os quais interferem na educação do povo de um país. Dessa forma, traçam-se objetivos e instituem-se os parâmetros a serem seguidos. Leis, decretos, portarias, regimentos, regulamentos e materiais didáticos tornam possível a compreensão da forma pela qual se constroem as políticas linguísticas e homogeneizam-se aspectos formais do *como* e o *que* se deve ensinar.

A questão da política linguística leva-nos a afirmar, com Renzo (2012: 66) que se (en)formam sujeitos iguais, compatíveis com um modelo de Estado. Para isso, ligam-se as questões de língua aos instrumentos tecnológicos referentes à linguagem e relacionadas à história do povo que fala. A relação língua e história linguístico-cultural lusófona de cinco séculos aparece representada nos contextos em que se fala a Língua Portuguesa por meio de toda uma gama de variações que, de acordo com Gomes de Matos (2001: 93) são primordialmente estilísticas e caracteristicamente identificadas por meio das designações de variedades coletivas.

Dividem-se as variedades em *supranacionais* (Língua Portuguesa), patrimônio de cerca de duzentos e cinquenta milhões de falantes; *nacionais* (Português de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste), variantes adaptadas a cada uma das culturas desses povos americano do sul, africano, asiático, europeu; *regionais* (Português sulista, minhoto etc) expressões características existentes de norte a sul em cada uma das nações; *locais* (Português paulistano, lisboeta etc), padrões fixados de acordo com as características de indivíduos lusófonos que representam diversidade na unidade.

Em cada um dos lugares mencionados, há todo um modo de vida, na concepção eliotiana (in Williams, 2011: 260) em que se incluem na cultura todas as atividades e interesses característicos de um povo: roupas, rituais, instrumentos musicais, ritmos, arquitetura colonial, comidas, como as seguintes – arroz de garoupa angolano; feijoada brasileira; katxupa caboverdiana; siga de carne de porco guineense; peixe grelhado com mucapata moçambicano; alheiras portuguesas; calulu são-tomense; singa de camarões timorense. Uma miscelânea na qual se incluem ainda todas as formas de confecções de artefatos modernos, as maneiras de passear, de gostar de uma praia com areia, ou ainda todas as formas de qualquer manifestação de caráter europeu impregnado nos angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses, timorenses. Dentro das categorias esporte, comida e arte, encontram-se os três sentidos eliotianos de cultura: o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou de toda uma sociedade. Confirma-se a miscelânea, confirma-se a lusofonia.

Ao observarmos, no espaço lusófono, a interface entre gramática e política linguística, percebemos, com Neves (2007: 87), o imbricamento de categorias como dominação linguística e dominação cultural sempre refletido e sempre presente nos discursos de que se revestem as atividades culturais e políticas, a saber:

- (i) interface entre gramática e política linguística;
- (ii) a criação literária e o discurso sobre ela;
- (iii) a produção de estudos (meta)linguísticos (gramáticas, dicionários, ensaios, tratados) bem como sua análise e crítica;
- (iv) a proposição de ações escolares ligadas à língua materna.

Acentue-se que as atividades mencionadas são desenvolvidas pelos brasileiros desde o século XIX, o que aponta para uma situação privilegiada, depois de quase duzentos anos de nossa independência da metrópole portuguesa, no que tange ao estabelecimento de legislação educacional, à produção de rico material metalinguístico, à profusão de textos literários caracterizadores da cultura e da língua brasileira e à eficácia da política linguística adotada pelo governo brasileiro.

Semelhanças entre as culturas dos povos falantes de língua portuguesa há, diferenças também há; no entanto o que nos aproxima são as parencas que nos fazem sentirmo-nos acolhidos pela possibilidade de falarmos a mesma língua, facilitando-nos, assim, o contato com o outro, com quem quero e sei parecer. Em Mía Couto (2013: 201), lemos:

Falo do Brasil sem ter a ingenuidade de romantizar uma nação que é feita de contrastes, de ambivalências, de desigualdades. A minha intenção não é promover uma campanha de simpatia a meu favor, falando de um modo apaixonado do Brasil e dos brasileiros. O que quero dizer é que temos, Moçambique e Brasil, as mesmas doenças e os mesmo remédios, apenas em graus diferentes. E temos a nosso favor sociedades que são plenas de vitalidade e diversidade, sociedades feitas de gente que não tem medo de se tocar, nem tem vergonha de ter corpo. Feitas de gente que ama celebrar a vida como uma festa de rua. Se fôssemos tucanos, a nossa casa teria certamente mais orifício que parede.

Se por um lado, temos uma língua de difícil penetração no universo, diferentemente do inglês que, por ser irradiado por uma potência econômico-financeira, dominou o mundo; por outro lado, temos uma Língua Portuguesa como partícipe de movimentos de integração política, econômica, cultural e educativa, com inserção internacional de acordo com o que mencionamos a seguir: a partir de Portugal, temos a Língua Portuguesa na UE (União Europeia); a partir dos PALOP (Angola, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), temos o Português na UA (União Africana), sendo necessário mencionar que a UA promove o uso de línguas africanas sempre que possível em seus trabalhos oficiais; além disso traz como línguas oficiais o árabe, o francês, o inglês, o espanhol, o português e o suaíli e, a partir do Brasil, temos a nossa Língua Portuguesa no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Está em tela uma vastidão territorial e linguística, que situa o Português entre as cinco línguas mais faladas no mundo e com representatividade em órgãos importantes como os mencionados acima.

O português do Brasil, por exemplo, pode ser caracterizado como língua transnacional uma vez que se estenderam as investigações no meio acadêmico e científico acerca do Português Língua Estrangeira (Zoppi-Fontana & Diniz, 2008: 91). Isso se deu através da institucionalização e instrumentação do Português Língua Estrangeira (PLE) como nova área de conhecimento, legitimando, no meio acadêmico e científico, uma prática profissional já existente.

No Brasil, o saber metalinguístico foi constituído por gramáticos e linguistas que descreveram a norma linguística brasileira em relação à norma linguística de Portugal, caracterizando, por meio da produção de instrumentos linguísticos da própria língua um lugar institucional legitimado pela comunidade acadêmica que autoriza um saber sobre a língua nacional em todo o espaço lusófono. Institui-se, como já afirmamos, a Língua Portuguesa modalidade brasileira reveladora de uma unidade linguístico-cultural com todas as variedades existentes no território deste país continente. Podemos afirmar que a língua nacional identifica o brasileiro como povo irmanado na diversidade.

Há, naturalmente, reações adversas por parte daqueles que mencionam o desejo de falar uma outra língua, *talvez* o inglês, o que enfatiza o período de hegemonia econômico-cultural dos Estados Unidos da América a partir

da década de 1940, com a língua inglesa alcançando prestígio internacional. Polemizando, podemos destacar que a situação de revolta contra a Língua Portuguesa por parte de alguns brasileiros, uma minoria naturalmente, assenta no fato de o Português ter sido imposto ao território nacional brasileiro em 1500, momento do início da colonização portuguesa. No entanto, quanto à Língua Inglesa, sua entrada não se deu durante uma imposição com fins de expansão e exploração territorial, mas durante uma imposição cultural de forte repercussão, havendo portanto, em ambos os casos, uma imposição linguística que acarretou uma série de políticas linguísticas de implantação e promoção das línguas mencionadas.

Quanto ao PB (Português do Brasil), evidencia-se que a Língua Portuguesa imposta na época da colonização tem sido alterada durante os 513 anos que nos distanciam do século XVI. Nossa língua tem tido inúmeros contatos em diversos momentos, estando já descrita e aceita pela comunidade acadêmica internacional. A política expansionista dos portugueses obteve sucesso, por terem sido tomadas inúmeras medidas acertadas empreendidas pelos governantes. No século XVI, uma política linguística estabelecida pelos produtores de gramáticas do quinhentismo leva-nos a perceber a intenção dos portugueses. Por exemplo: Fernão d'Oliveira, sob a crença de que os estudos aumentem a glória das nações, lembra Grécia e Roma e faz ainda um apelo em favor do esforço pelo ensino da língua portuguesa, em sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de 1536. Afirma ele no "Quarto capítulo" (p. 6):

... quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas;... porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda sua valia e preço.

E foi sendo sistematizada a língua vulgar (da fluidez da oralidade para a fixidez da escrita), com louvores à própria língua e o reforço de que assim como Roma, "senhoreariam" o mundo através da língua. Foi feito e o mundo lusófono se fez. No entanto, no Brasil, surge a Língua Geral, a mais falada na costa brasileira, entendida como língua franca composta por duas modalidades utilizadas pelos missionários jesuítas: a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica. Essa Língua Geral acaba sufocada no século XVIII, pelo Marquês de Pombal que reforçou a

imposição linguística com métodos rígidos e com a expulsão dos jesuítas, adotando uma política firme de condução da oficialidade, da promoção e do ensino da Língua Portuguesa.

Continuam os brasileiros falando português! E assentam-se em uma história repleta de interferências de várias nacionalidades: holandeses, franceses, italianos, espanhóis, alemães, ingleses, japoneses, árabes etc, vindos em momentos diversos, por motivos diversos, mas vindos e interferindo de maneiras diferentes; interferindo na língua, nos hábitos e costumes brasileiros, desenvolvendo linguística e culturalmente os indivíduos, os grupos ou classes, a sociedade como um todo. Atendo-nos a essa questão, lembremos o percurso do Português do Brasil, percurso numa história entrelaçada a diferentes e ricas culturas, como: as fundadoras – portuguesa, indígena e africana e, posteriormente, as demais intervenientes – holandesa, francesa, italiana, espanhola, alemã, inglesa, japonesa etc. Com todas as interferências, o Português vai tomando “feições brasileiras” e passa a ser descrito nessa modalidade na segunda metade do século XX, como afirmamos. Citemos um grande gramático, filólogo e linguista brasileiro, Celso Ferreira da Cunha e um outro também grande gramático, filólogo e linguista português, Luiz Filipe Lindley Cintra. Em conjunto, fizeram uma obra gramatical de referência nos estudos brasileiros, por apontar novos usos constantes no português brasileiro: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*¹, lançada pela primeira vez em 1983.

Mais recentemente, surgiram no mercado livreiro do Brasil duas obras que caminham na direção da descrição de uma Língua Portuguesa modalidade brasileira, já reconhecidamente PB (Português do Brasil) ou, ainda, Língua Brasileira, a saber: *Nova Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba de Castilho e *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* de Marcos Bagno², com traços de uso das variedades linguísticas do Brasil. Antes dessas obras, havia sido publicada a *Gramática de Usos do Português* de Maria Helena

1 Cunha, C. F. da & Cintra, L. F. L. (1983) *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

2 Castilho, A. (2010) *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
Bagno, M. (2011) *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.

Moura Neves³, uma gramática funcional que, a partir da observação dos usos realmente ocorrentes no Brasil, apresenta-os sistematizados.

Paralelamente a esses procedimentos já sedimentados no Brasil, pelos seus 191 anos de independência da metrópole, estão sendo implantadas algumas políticas e planificações linguísticas em Moçambique e em Timor. Para exemplificar, citemos duas ações que são de nosso conhecimento: *Moçambicanismos: Para um Léxico de Usos do Português Moçambicano* de Armando Jorge Lopes⁴, moçambicano, linguista, professor e autor de um livro de extrema importância para a configuração de um PM (Português Moçambicano) e *Dicionário de Tétum-Português* (no prelo) de Luiz Costa, timorense, linguista e grande cultor da história e cultura timorenses e da língua tétum.

As ações expostas acima, produção de instrumentos linguísticos, refletem a intenção política de preservação da Língua Portuguesa no espaço lusófono por várias questões tanto de caráter econômico-financeiro, quanto de caráter linguístico-cultural. De acordo com Nunes (2008: 120):

as próprias teorias linguísticas não estão fora do político, embora em alguns casos elas neguem a política. Assim, ao fazer história das ideias linguísticas, estamos lidando com diferentes formas de política linguística que se apresentam nas teorias, nos instrumentos linguísticos, nas instituições, nas formas de autoria.

Distanciamo-nos de nosso colonizador, produzindo um passado histórico e uma identidade para o brasileiro, produzindo conhecimento sobre a língua e por meio dos instrumentos linguísticos construindo uma unidade para ela. Demo-nos tempo para essa construção de uma identidade linguística. Ocorrências no Brasil há mais tempo e, nos demais países, há menos tempo; porém todos têm a noção da necessidade de se trabalhar a Língua Portuguesa com maior ou menor ênfase, para que se não perca o lugar de destaque na classificação por número de falantes, internacionalmente reconhecido.

3 Neves, M. H. de M. (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

4 Lopes, A. J. (2002). *Moçambicanismos: Para um Léxico de Usos do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária.

Referir-nos-emos a algumas outras ações significativas na direção de políticas linguísticas contemporâneas: primeiramente o Projeto Estrangeirismos – Projeto de Lei número 1676 de 1999, de autoria do então Deputado Aldo Rebelo (PC do B) que tinha o objetivo de proibir o uso de palavras estrangeiras que tivessem equivalência no português e provocou um sentimento nacionalista, que seduziu políticos e jornalistas, numa discussão que promovia ao mesmo tempo os interesses ligados à noção de imutabilidade da língua e os interesses interculturais de preservação das identidades e das diferenças. Do nosso ponto de vista a “convivência” do brasileiro com mosaico de vozes, forma-se a partir dessa interação com o outro, resultando em um *interculturalismo* saudável, no que tange ao cultural e ao ideológico; é portanto inócua a lei mencionada que não obtém sucesso em toda a sua plenitude: vence a mutabilidade da língua!

Em seguida, expomos o discutido Novo Acordo Ortográfico que tem sua base elaborada em 1990 pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras. Em 2004, os ministros da Educação da CPLP reuniram-se em Fortaleza (Brasil) e propuseram a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, mesmo sem a ratificação de todos os membros. Somente em 2012, com a entrada da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, a aplicação da lei foi prorrogada por mais três anos (de 31/12/2012 para 31/12/2016). O objetivo do Novo Acordo é a redução das diferenças de grafia entre os sujeitos de Língua Oficial Portuguesa, visando à unidade intercontinental do português, aproximando escritas entre membros da comunidade lusófona (angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses) e a um maior prestígio do português no mundo.

Nossa posição aponta a necessidade da existência de uma política linguística que reforce as dimensões histórica, linguística e cultural de um povo, inserindo-o no mundo globalizado e, principalmente, situando-o como nação dotada de identidade própria.

Para concluirmos, trazemos algumas palavras de Almeida (2004:2):

À mistura estão as pessoas – que são as margens da cultura, e os destinos da Língua revistos por aqueles que a manejam como utensílio cotidiano. Que esta linguagem seja, pois, ferramenta e prazer, veículo seguro mas maleável; que as gerações vindouras nela vejam molde aberto para memória e labor

criativo. Porque bonitas são as Línguas depois de manejadas e celebradas pelas pessoas.

E finalmente, trazemos um sentimento a partir das considerações feitas sobre as políticas linguísticas implementadas em diversos momentos no Brasil, no que tange à questão lusófona: a Língua Portuguesa é parte indissociável do imaginário lusófono, de nós mesmos (brasileiros) que, unidos e separados, nos fazemos iguais e nos fazemos diferentes: somos nós, sendo outros, constantemente. Assim, somos todos lusófonos com identidades particulares, reforçando a presença da unidade na diversidade.

Referências

- AGUALUSA, J. E. (2010). *Milagrário pessoal*. Rio de Janeiro: Língua Geral.
- ALMEIDA, N. de (Ondjaki) (2004). *Outras margens da mesma língua*. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/textos/antologia/10588>. Acesso em 26/5/2013.
- BASTOS, N. M. & Brito, R. H. P de (2007). Lusofonia: políticas linguísticas e questões identitárias. In M. de L. Martins; H. Sousa; & R. Cabecinhas (orgs), *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura dos media* (pp. 111-122). Porto: Campo das Letras e Universidade do Minho.
- BASTOS, N. M. & Arakaki, N. (2013). *O conceito de lusofonia* (entrevistas escritas a José Luís Fiorin, Armando Jorge Lopes e Eliseu Mabasso).
- CALVET, L-J. (2007). *As políticas linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola.
- COUTO, M. (2005). *Pensamentos – textos de opinião* (2.ed.). Lisboa: Caminho.
- COUTO, M. (2013). Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras. In C. E. Machado (org.), *Pensar a cultura*. (Série Fronteira do Pensamento, v. 1. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- FIORIN, J. L. (2010). Língua Portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In N. B. Bastos (org.), *Língua Portuguesa – Cultura e identidade nacional*. São Paulo: EDUC – IP-PUC/SP.
- GOMES de Matos, F. (2001). Como explicar variantes de uso no português? Um desafio descritivo-prescritivo. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. 21: 93-96.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (org.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.

- MARTINS, M. L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. Bastos (org.) *Língua portuguesa, reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- NEVES, M. H. de M. (2007). A gramática e suas interfaces. *Revista Alfa*, São Paulo, 51 (1): 81-98. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/1427/1128. Acesso em 17/5/2013.
- NUNES, J. H. (2008). Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2 (107-124), jul./dez. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r37/artigo7.pdf. Acesso em 16/8/2013.
- OLIVEIRA, F. d' (1975 [1536]). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ORLANDI, E. P. (org.) (1996). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes.
- PINTO, E. P. (1990). *A Gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades-Secretaria de Estado da Cultura.
- RENZO, A. M. Di. (2012). *O estado, a língua nacional e a construção de políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. & Diniz, L. R. A. (2008). Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 37 (3): 89-119, set.-dez. Disponível em <http://www.unicamp.br/anuario/2008/IEL/DL/DL-0001.html>. Acesso em 20/5/2013.
- WILLIAMS, R. (2011). *Cultura e sociedade – De Coleridge a Orwell*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.